

O Admirável Mundo Novo do FRBR¹ (Versão 5)

Preparado para a 5ª. Reunião da IFLA de Especialistas para um Código de Catalogação Internacional (IME ICC 5),
14-15 de Agosto, 2007, Pretória, África do Sul²

Patrick Le Bœuf, Biblioteca Nacional da França
revisto por Barbara Tillett, Biblioteca do Congresso
apresentado em Pretória por Pat Riva, Biblioteca e Arquivos Nacionais de Quebec;
Presidente do Grupo da Revisão do FRBR

Introdução

Você tem ouvido falar sobre os Princípios de Paris e ISBDs; agora vamos falar sobre o modelo FRBR: o que ele é e o que ele não é; o que ele faz e o que ele não faz; e como ele se relaciona com os nossos principais tópicos durante o presente Encontro.

O que é FRBR

— um modelo desenvolvido pela IFLA

O FRBR é resultado de um estudo sobre os requisitos funcionais para registros bibliográficos empreendido de 1992 a 1997 por um grupo de especialistas e consultores encomendado pela IFLA. O objetivo do estudo “era produzir uma estrutura (framework) que proporcionasse uma compreensão clara, definida com precisão e comumente compartilhada de como o registro bibliográfico pode proporcionar informação sobre o que se espera que o registro possa arquivar em termos de resposta às necessidades do usuário.”

— um modelo de referência

O FRBR é um modelo de referência. As mesmas palavras citadas acima são a partir do Relatório Final do FRBR que enfatizamos e deixam isso muito claro: é apenas uma estrutura para um entendimento comum a ser compartilhado. Ela permite termos em mente a mesma estrutura e refere aos mesmos conceitos segundo as mesmas denominações. Ela permite também comparar dados que possam por acaso não estar estruturados da mesma forma.

— um modelo E-R

O FRBR é um modelo de entidade-relacionamento. Ele define um número de classes gerais (“entidades”) de coisas que são julgadas relevantes no contexto específico de um catálogo de biblioteca, seguidas de características (“atributos”) que pertencem a cada uma dessas classes gerais, e os relacionamentos que podem existir entre instâncias dessas várias classes.

As entidades definidas dentro do FRBR são agrupadas em 3 grupos. O primeiro grupo, o verdadeiro núcleo do FRBR, consiste em um grupo de 4 entidades que pertencem aos documentos em si (os “elementos” que estão sendo catalogados), do suporte ao conteúdo. Estas 4 entidades destacam os distintos significados que uma simples palavra como “livro” pode ter na fala comum:

- um “livro” pode ser um objeto físico no qual um texto foi escrito (“Eu perdi meu livro”); essa primeira interpretação tem a ver com a noção de “cópia,” “exemplar;” o modelo FRBR emprega o termo “Item” para referir à esse significado.
- um “livro” pode ser um conjunto de objetos físicos nos quais o mesmo texto foi escrito (“Eu tenho que encomendar aquele livro”); essa segunda interpretação é próxima da noção de “publicação;” mas o modelo FRBR emprega o termo mais genérico “Manifestação,” de modo a cobrir materiais não publicados também.

¹ FRBR = Functional Requirements for Bibliographic Records = Requisitos Funcionais para Registros Bibliográfico

² Tradução para o português por Fernanda Moreno, Universidade de Brasília; revisão por Marcia Rosetto, Universidade de São Paulo

- um “livro” pode ser um texto que foi escrito (“Qual é a versão deste livro?”); Essa terceira interpretação é equivalente à noção de “texto”; mas mais uma vez o modelo FRBR emprega um termo mais genérico, “Expressão,” de modo a se referir a conteúdos não-linguísticos, como músicas, mapas, imagens, etc.
- um “livro” pode ser idéias que foram expressas em um texto que foi escrito (“O livro se passa aqui na África”). Essa quarta interpretação estabelece o relacionamento entre um texto e suas traduções, e entre diferentes versões de alguma criação humana que é considerada como sendo “a mesma,” apesar da existência de várias versões; o modelo FRBR refere-se a esta noção através do termo “Obra.”

Deste modo, o modelo FRBR tem o primeiro grupo de entidades: obra, expressão, manifestação, item.

Um segundo grupo de entidades inclui 2 categorias de entidades que podem criar uma Obra, realizar uma Expressão, produzir ou encomendar uma Manifestação, modificar ou possuir um Item: Pessoa e Entidade Coletiva.

Um terceiro grupo de entidades, refletindo sobre o que uma Obra pode ser, compreende todas [as entidades] acima, mais 4 outras entidades que podem apenas servir para expressar os assuntos de uma Obra: Conceito, Objeto, Evento, e Lugar.

Cada uma dessas entidades é caracterizada por um número de “atributos” – i.e., os elementos de informação que servem para identificar a entidade. Por exemplo, uma Manifestação publicada é caracterizada, entre outros elementos de informação, por sua data de publicação; uma Pessoa é caracterizada por um nome associado àquela Pessoa.

O modelo FRBR também define relacionamentos entre essas entidades – como é bastante natural para um modelo entidade-relacionamento.

Os relacionamentos entre uma Obra e uma de suas Expressões, entre uma Expressão e uma de suas Manifestações, e entre uma Manifestação e um de seus Itens são ditos “estruturais” porque a total coerência de um registro bibliográfico depende de tais relacionamentos. Eles são refletidos nos catálogos pela unidade física dos registros descritivos, pela ligação entre o registro bibliográfico e as informações da coleção, e à vezes pelo cabeçalho de títulos uniformes.

Existem também “relações de responsabilidade” entre o Grupo 2 de entidades (Pessoa e Entidade Coletiva) e qualquer das entidades pertencentes ao Grupo 1. Tais relacionamentos são refletidos nos catálogos pelos cabeçalhos de nomes pessoais e institucionais.

E existem “relações de assunto” entre qualquer entidade do modelo e a única entidade “Obra” – quer dizer: uma Obra é sobre outra Obra, ou sobre uma Expressão específica, Manifestação ou Item, ou sobre uma Entidade Coletiva, ou sobre um Lugar, etc. Tais relacionamentos são refletidos nos catálogos pelos cabeçalhos de assunto. Esses três tipos de relacionamentos são os mais “básicos”, julgados indispensáveis em catálogos de bibliotecas.

Existem ainda outros tipos de relacionamentos mais “sutis” tais como os relacionamentos Todo/parte entre duas Obras distintas ou duas Expressões distintas da mesma Obra, ou relacionamentos intelectuais entre duas Obras distintas, ou entre duas Expressões distintas de uma mesma Obra ou de Obras distintas. Relacionamentos Todo/parte existem também entre duas Manifestações distintas ou dois Itens distintos de uma mesma Manifestação; e o modelo define “relacionamentos de reprodução” entre duas Manifestações distintas, ou entre dois Itens distintos de uma mesma Manifestação, ou entre uma Manifestação e um Item de uma Manifestação distinta. Todos esses relacionamentos podem ser refletidos nos catálogos como as ligações ativas entre os registros (bibliográfico, de autoridade, e/ou registros de coleções), permitindo aos usuários finais navegar no catálogo de forma contínua, ou os relacionamentos podem ser indicados através de notas textuais que forneçam a informação (como notas de conteúdo ou notas históricas) mas às

vezes restringem os usuários em lançar uma nova questão de modo a navegar o catálogo e alcançar o “alvo” do relacionamento descrito.

O que não é FRBR

— um modelo de dados

O FRBR pode ser rotulado como um “modelo de dados ?” Parece que os atributos definidos para cada entidade são em muitos casos genéricos demais para permitir uma implementação do modelo como ele se encontra, sem ter um refinamento. Títulos, por exemplo, podem ter diferentes naturezas; o FRBR define um atributo Título para cada uma das 3 entidades Obra, Expressão e Manifestação, mas esta categorização de “noção de título” não é suficiente para cobrir a tipologia de títulos que nós realmente precisamos e atualmente usamos.

— uma ISBD

O FRBR pode ser rotulado como um “novo tipo de ISBD ?” Não, aproximadamente pelas mesmas razões: o FRBR não declara como estruturar os elementos de dados nem como mostrá-los, e a sua estrutura pode ser entendida apenas para leitura da descrição. No entanto, o FRBR fornece uma estrutura intelectual para tipificar elementos de dados e mostrar como eles são inter-relacionados entre distintos registros.

— um código de catalogação

Da mesma maneira, não se pode dizer que o FRBR é um código de catalogação. O FRBR não é prescritivo, e não informa como se deve registrar a informação bibliográfica na prática do dia-a-dia. O FRBR é estabelecido em um nível meramente conceitual. O que não quer dizer, no entanto, que os FRBR não tenham utilidade prática. Hoje se tem muitos sistemas que realmente funcionam e são baseados na forma que o FRBR possibilita a visualização da informação bibliográfica. É provável que o futuro Código Internacional de Catalogação possa ser formado pelos conceitos destacados por esse modelo.

Alguns exemplos de implementação

O que a frase “implementação do FRBR” significa? Como já colocado o FRBR não é um modelo de dados, portanto, como poderia ser “implementado?” Na melhor das hipóteses, por um projeto de modelo de dados intermediário, baseado nele; na pior das hipóteses, simplesmente interpretando-o como um modelo de dados; em qualquer caso, pelo mapeamento tanto de um formato existente para o FRBR, ou o FRBR como um novo formato.

AustLit Gateway

O AustLit Gateway foi a primeira base de dados que implementou o FRBR de forma completa. Foi um experimento atípico, aplicado exclusivamente ao um corpus de textos literários australianos, e que resulta da combinação de variados e heterogêneos conjuntos de dados, alguns dos quais não são baseados nas ISBDs. O AustLit Gateway não é um catálogo, mas uma base de dados que visa fornecer a estudiosos e estudantes o maior número possível de informação sobre escritores australianos e obras literárias australianas. Como tal, é trabalho centralizado e exhibe para cada obra todas as expressões e manifestações em uma única página Web, ao invés de uma apresentação aos usuários linhas de registros bibliográficos distintos, como são feitos nos atuais catálogos de biblioteca.

Virtua

A VTLS Inc. lançou em 2002 a versão 41.0 do sistema de bibliotecas Virtua. Pela primeira vez um fornecedor tornou possível a qualquer biblioteca criar seu próprio “catálogo FRBR.” Registros MARC existentes podem ser “divididos” nos 4 níveis de entidades do Grupo 1 do FRBR, e qualquer catalogador pode decidir representar famílias bibliográficas ao invés de documentos isolados, graças à estrutura dos FRBR. O sistema Virtua permite que “registros planos” e “registros FRBR” convivam lado a lado. O padrão seguido quando os registros são “divididos” foi baseado no mapeamento do MARC21 para FRBR, de Tom Delsey. No entanto, o paradigma da catalogação é

baseado ainda nas ISBDs — o “registro no nível Manifestação” não é substancialmente diferente de qualquer registro “tradicional” baseado nas ISBD —, e o formato da catalogação é ainda basicamente um formato MARC, embora este formato MARC esteja armazenado e encapsulado em XML dentro do sistema, sem que os catalogadores estejam cientes disso.

Num exemplo fictício (Ver figura 1), emprestado da apresentação de Claude Détienne por ocasião da 24ª. Conferência Internacional do MELCOM (Middle East Librarians Committee Comitê) em 2002, pode ser visto do lado esquerdo da tela, a típica “árvore FRBR,” mostrando o título uniforme para a Obra Alf layla wa-layla, duas de suas Expressões linguística (arábe e francês), e registros curtos para suas três Manifestações e, do lado direito do exemplo, um registro bibliográfico completo para uma daquelas três Manifestações, com um link para as informações sobre um Item.

The screenshot shows the ORTAL (ART LIBRARIES) search interface. At the top, there are search options: 'RECHERCHES simple | par mot-clé | en mode expert' and 'dans plusieurs bases | par séminaire | par vedette'. A language dropdown is set to 'French'. Below the search bar, there are navigation links: 'Fermer la session | Sauvegarder la session | Caddie | Historique | Aide | Point de départ'. The main content area is titled 'Ecran suivant Fin de la liste' and 'MARC'. On the left, a 'Titre uniforme' section shows a tree structure for 'الف ليلة وليلة' (Alf Layla wa-Layla). The tree branches into 'Monographie - Arabe' and 'Monographie - French'. Under 'Monographie - Arabe', there are three entries: 'The thousand and one nights (Alf Layla wa-Layla): from the earliest known sources / - Brill, 1984-1994', 'الف ليلة وليلة - مكتبة الثقافية, 1981', and 'Les mille et une nuits : - Garnier, 1941'. On the right, a 'MARC Exemplaires (1)' section shows a detailed record for 'The thousand and one nights (Alf Layla wa-Layla): from the earliest known sources / Arabic text ed. with intr. and notes by Muhsin Mahdi'. The record includes fields for 'Titre', 'Titre parallele', 'Editeur', 'Collation', 'Entrée secondaire', 'Notes de contenu', and 'Notes de contenu'.

Figura 1

OCLC

A OCLC tem investido consideráveis esforços em explorar o potencial do FRBR para grandes bases de dados bibliográficos. A OCLC tem desenvolvido um algoritmo, chamado de algoritmo de Conjunto de Obras (Work-set algorithm), que permite que registros MARC “tradicional” sejam automaticamente transformados em registros “FRBRizados”. Três importantes realizações da OCLC são baseadas neste algoritmo de FRBRização: xISBN, WorldCat e Open WorldCat, e FictionFinder.

O serviço xISBN fez a transição de um protótipo de pesquisa para a produção de um serviço em fevereiro de 2007. O baixo volume de uso não comercial ainda é livre. Para usar o serviço, submete-se um ISBN único e conhecido embutido em uma URL para um servidor de xISBN, e o servidor retorna uma lista de ISBNs associados e metadados relevantes. Os ISBNs são ordenados pelo número de vezes que cada item é representado e existente no catálogo WorldCat, do maior para o menor. Portanto, o primeiro ISBN retornado representa o item com maior número de ocorrências no catálogo WorldCat dentre todos os itens associados. Há um grande número de opções de formato para apresentação dos resultados.

Talvez se queira saber o que se pode fazer com uma lista “pura” de ISBNs? De fato, o serviço xISBN da OCLC foi planejado para ser usado por máquinas, ao invés de pessoas. Se, como seres

humanos, não se pode fazer muito com uma simples lista “pura” de ISBNs, máquinas podem fazer muitas coisas interessantes com ela.

Por exemplo, se você lançar no Google ou no Yahoo uma pesquisa com as palavras “A falcon flies” junto com a frase (entre aspas) “encontre em uma biblioteca” (ou, alternativamente, o endereço eletrônico: www.worldcatlibraries.org), os primeiros resultados que se obtém são os registros bibliográficos da WorldCat descrevendo “A falcon flies” de Wilbur A. Smith (também publicado sob o título Flight of the falcon). Sob qualquer um desses registros bibliográficos, será notado a informação “Edições,” ou o texto “outras edições” os quais têm um link ativo. Quando se clica no link, se obtém a lista de registros bibliográficos de todas as várias edições da Obra de Wilbur Smith, em várias expressões, que estão disponíveis no catálogo WorldCat. Pode-se escolher uma referência da lista, e então obter a exibição de um registro para aquela distinta edição.

O FictionFinder da OCLC (<http://fictionfinder.oclc.org/>) mostra como a exibição de listas bibliográficas para obras textuais de ficção podem ser simplificadas usando o algoritmo de “FRBRização”. Ele também demonstra muitas facilidades interessantes para a recuperação de obras de ficção: por conjuntos de assunto, ou navegando por prêmios literários, personagens, gêneros, cenários e conteúdos. A interface corrente foi relançada em dezembro de 2006. Os resultados são apresentados como uma lista de obras. Uma vez selecionada, as edições disponíveis são listadas com registros bibliográficos de forma resumida. Restringindo por idioma e formato, reúnem-se grupos de expressões. Clicando em uma edição específica são fornecidas informações dessa edição individual.

RLG

A versão anterior desta apresentação também demonstrava o catálogo de “RedLightGreen”, da RLG’s. Esse catálogo agrupava os resultados em dois níveis: Obra e Manifestação. No entanto, a RLG uniu-se com a OCLC em 1º. de julho de 2006, e o serviço “RedLightGreen” terminou em 1º. de novembro de 2006.

LIBRIS

Recém lançada em 2007, é a versão beta do novo LIBRIS WebSearch da Biblioteca Nacional da Suécia. Esse lançamento já inclui algumas características muito interessantes. As listas de resultados podem ser organizadas por relevância ou agrupadas por características como tipo de material, idioma, datas. Depois que uma entrada específica é selecionada, pode-se ver outras edições de uma obra, agrupadas por idioma e ordenadas por data de publicação.

Atual evolução do FRBR

FRAD (Functional Requirements for Authority Data)³

O FRBR focava no conteúdo de registros bibliográficos apenas (em oposição aos registros de autoridade), e pontos de acesso para registros bibliográficos, mas não entrava em detalhes sobre registros de autoridade. Essa é a razão porque o Grupo de Trabalho FRANAR (Functional Requirements and Numbering of Authority Records⁴) foi criado em 1999 sob os auspícios conjuntos da Divisão de Controle Bibliográfico da IFLA e do Programa Internacional de Controle Bibliográfico Universal e MARC (anterior UBCIM). O primeiro dos três itens de referência para o Grupo FRANAR era “definir requisitos funcionais de registros de autoridade, continuando o trabalho que o modelo FRBR iniciou.” Tom Delsey forneceu como um instrumental no projeto do modelo FRAD o modelo que ele tinha utilizado na elaboração do modelo do FRBR. As entidades “Pessoa” e “Entidade Coletiva”, que eram representadas nos FRBR apenas pelo cabeçalho, agora estão completamente modeladas, e a entidade “Família” foi adicionada em reconhecimento da sua importância para a comunidade de arquivos. A primeira versão do modelo (então chamado FRAR) foi editada para revisão mundial em julho de 2005. O grupo FRANAR então trabalhou

³ FRAD = Requisitos Funcionais para Registros de Autoridade

⁴ FRNAR = Requisitos Funcionais e Numeração para Registros de Autoridade

para revisar o documento baseado nos comentários recebidos, e editou uma segunda minuta para revisão mundial entre abril e 15 de julho de 2007.

FRSAR (Functional Requirements for Subject Authority Records)⁵

A natureza peculiar dos relacionamentos de assuntos é apenas mencionada no FRBR, e não são tratadas em profundidade no FRAD. A Divisão de Controle Bibliográfico da IFLA formou, portanto, em agosto de 2005, um terceiro Grupo de Estudos, o qual é encarregado por definir uma extensão dos modelos FRBR/FRAD a fim de considerar a classificação e indexação. Este novo grupo é denominado FRSAR (Functional Requirements for Subject Authority Records). Com FRBR, FRAD, e FRSAR, tem-se finalmente um modelo completo para informações que são incluídas em catálogos de biblioteca.

Grupo de Revisão dos FRBR

O FRBR não foi planejado para permanecer tal como está para sempre. Foi decidido em 2003 submetê-lo a um processo de revisão, e formar um Grupo de Revisão dos FRBR afiliado à IFLA. A clarificação da entidade expressão tem sido a tarefa do grupo de trabalho estabelecido em 2003. Isso resultou, no outono de 2006, no lançamento para uma revisão de âmbito mundial para a explicação da entidade expressão. Quando aprovado, este será a primeira emenda oficial para o FRBR. Um grupo de trabalho em andamento, em conjunto com o Grupo de Interesse Especial CIDOC CRM, tem preparado uma versão do FRBR expressada numa formulação orientada ao objeto a qual é harmonizada com o Conceptual Reference Model⁶ (CRM) da comunidade de museus. Adicionalmente, outro grupo foi formado em 2005, a fim de auxiliar o Grupo de Revisão do FRBR para explorar as dificuldades conceituais na modelagem das “agregadas,” isto é: Manifestações que contém mais de uma Obra: recursos contínuos, monografias em multi-volume, e outras questões de todo/parte....

O FRBR e a Reunião dos 5 “Tópicos Focais” (que podem ser 6...)

Após esse encontro, todos serão convidados a trabalhar nos “Tópicos Focais” que foram definidos como prioritários para a Reunião. Nos Encontros anteriores do IME ICC haviam 5 grupos de trabalhos: nomes pessoais, entidades coletivas, títulos uniformes e GMDs⁷, serialidade e estruturas multi-parte (compostas versus agregadas). De fato são 6 tópicos, desde que o tema GMD e o tema título uniforme foram unidos sob o mesmo Tópico Focal. Esses 6 tópicos podem ser organizados em três categorias amplas: “Denominações”, “Tipos” e “Agregadas”. Serão vistas de forma rápida cada um deles à luz dos FRBR.

“Denominações” Nomes de autores pessoais

Os atributos definidos pelo FRBR para a entidade Pessoa distinguem-se entre o “nome” de uma pessoa e as “datas”, “títulos” e “outras designações” daquela pessoa, na verdade, esses são todos os elementos que constituem o cabeçalho para pessoa em um registro bibliográfico, e certamente seriam suficientes, para os propósitos do FRBR, para definir apenas um atributo: “cabeçalho.” O modelo FRAD enfoca alguns temas que estavam fora do escopo dos FRBR: a instância da entidade Pessoa supostamente é uma pessoa real no mundo real, ou “alguma outra coisa” e se for, o quê é? A questão é: Uma pessoa real pode ser representada por duas instâncias da entidade Pessoa; inversamente, duas pessoas reais podem ser representadas no universo catalográfico por um única instância da entidade Pessoa? O modelo FRAD, dependente da AACR2, define a noção de identidade bibliográfica que é intermediária entre o mundo real e o universo catalográfico. Isso é realmente sobre o que é a entidade Pessoa. Uma pessoa real pode ter muitas identidades bibliográficas (como nos casos de pseudônimos), e muitas pessoas reais distintas podem ser unidas em uma única identidade bibliográfica (como nos casos de famílias e pseudônimos compartilhados, mas também no caso de nomes não distinguíveis). Uma instância da entidade Pessoa no FRBR não necessariamente “coincide” com o que usualmente são entendidos como “uma pessoa” no mundo real.

⁵ FSAR = Requisitos Funcionais para Registros de Autoridade de Assunto

⁶ Modelo de Referência Conceitual.

⁷ Designação Geral do Material (DGM).

Em muitos casos há o esforço para “controlar” identidades bibliográficas, isto é: há o esforço para estar completamente cientes de quando distintas identidades bibliográficas correspondem a uma pessoa do mundo real (e neste caso é importante de se ver links entre identidades bibliográficas), e quando uma identidade bibliográfica corresponde a pessoas distintas. Famílias e pseudônimos compartilhados podem ser controlados; nomes não distinguíveis de pessoas podem ser agrupados em conjunto e não distinguidos separadamente. A questão, portanto, é: Para qual extensão essa falta de controle é tolerável? Ela pode ser tolerada de qualquer modo?

Isso tem um impacto substancial na praticabilidade, de nossos catálogos para os nossos usuários? Eles queixam-se sobre isso? A noção de “identidade bibliográfica” (em oposição à noção de “pessoa do mundo real”) é útil ou confusa para os usuários finais? Certamente os esforços para usar o nome da pessoa utilizado nas manifestações, as quais o usuário final veria na livraria ou num livro emprestado de um amigo ou numa biblioteca – pensando primeiramente no usuário em termos do que ele gostaria de saber. Haveria, é claro, referências para as formas variantes dos nomes.

Nomes de entidade coletivas

Isso tem muito do mesmo tema. Os atributos do FRBR para a entidade “Entidade Coletiva” realmente poderiam ser substituído, para os propósitos específicos do FRBR, por apenas um atributo, “cabeçalho.” Aqui, novamente, a entidade “Entidade Coletiva” não corresponde a uma Entidade Coletiva do mundo real, mas antes à noção de “identidade bibliográfica” como definida pelo FRAR e AACR2. Toda mudança de nome reflete a transformação de uma entidade coletiva em uma nova entidade coletiva? Toda mudança de nome deveria resultar em uma definição de uma nova identidade bibliográfica, ou todas as mudanças de nome deveriam ser registradas em referências cruzadas para a mesma identidade bibliográfica, como os usuários finais poderiam ser mais suscetíveis à noção de continuidade da entidade coletiva ao longo do tempo, do que a modificações ocasionais? Deveria ser considerado congressos como “entidades coletivas”, enquanto eles estão tão próximos à noção de “Evento” do FRBR ? Muitos destes conceitos antigos estão evoluindo enquanto esses modelos estão sendo explorados.

Títulos uniformes

Os atributos de títulos são definidos no FRBR em três níveis: Obra, Expressão e Manifestação. O Apêndice A no Relatório Final do FRBR declara explicitamente que o título de uma Obra pode ser ambos, o título uniforme ou o título próprio; não há atualmente nenhuma prescrição para o título de uma Expressão; e o título de uma Manifestação pode ser um título próprio, um título paralelo, um título variante, um título transliterado (todos eles são títulos transcritos), ou um título chave (o qual é realmente um título criado pelos catalogadores).

O título próprio pode, portanto, relacionar ambas as entidades, Obra e Manifestação, enquanto não se sabe, a partir dos FRBR, o que o título da Expressão poderia ser.

Acredita-se que é sustentável e sensato declarar que o título de uma Expressão realmente consiste do título de uma Obra realizada pela Expressão, mais alguma combinação de elementos adicionais tomados dentre todos os outros atributos definidos para a entidade Expressão. A ausência de qualquer prescrição como o que constitui o título da Expressão indica que atualmente não se tem um instrumento de identificação no nível Expressão. Ainda que muitos títulos uniformes já forneçam elementos para identificar uma Expressão, não há sistema, em catálogos de bibliotecas, para citar ou referenciar consistentemente traduções específicas ou versões de uma dada obra textual, performances específicas gravadas de dada obra musical, o estado específico de uma dada gravura, etc. O futuro Código Internacional de Catalogação deveria conter prescrições para tal sistema? Se sim, quais elementos, e em qual ordem, são estritamente indispensáveis a fim de citar/referenciar uma Expressão específica, tanto no caso de cabeçalhos de títulos ou quanto no caso de cabeçalho de assuntos?

“Tipos” GMDs (General Material Designations⁸)

As GMDs não são mencionadas no Relatório Final FRBR. Uma razão é que o que se conhece como “GMDs” através das ISBDs é uma mistura de termos expressando conteúdo e outros expressando o suporte para aquele conteúdo – informação para o nível expressão (conteúdo) e para o nível manifestação (suporte). Esse é um fato de conveniência histórica, mas é muito ilógico. Talvez falte ao FRBR atributo “tipo” para cada uma das três entidades acima: Obra, Expressão e Manifestação. Talvez o que se tenha em mente quando se fala sobre GMDs seria uma combinação destes 3 níveis [do atributo] “tipo”, como, por exemplo, (essas são apenas sugestões, e que não são muito consistentes):

- obra textual – expressada como som
- obra textual em suporte físico
- expressada como palavra escrita
- obra textual manuscrita
- expressada como palavra escrita
- obra musical em microforma
- expressada como notação
- obra musical em material impresso
- expressada como som– recurso eletrônico on line

Em alguns casos o nível expressão pode ser omitido:

- obra cartográfica em recurso eletrônico on line
- filme em suporte (s) físico
- obra multimídia em suporte físico

O problema é que se quer que as GMDs fossem tão concisas quanto possível. Todas estas GMDs sugeridas são muito longas.

“Agregadas” Questões de serialidade quando fazemos um novo registro

Mais uma vez, o tema em catalogação é sobre a correlação entre denominações e a essência intrínseca das entidades que possuem aquelas denominações. Toda mudança no título faz uma distinta, nova Obra fora do recurso contínuo? Uma mudança de título afeta o nível Manifestação apenas, ou o nível Obra de um recurso contínuo? Os títulos chave identificam um recurso contínuo como uma Obra, como uma Expressão, ou como uma Manifestação? Por que o nome do criador de um recurso contínuo integra o título chave como um qualificador, enquanto para outros tipos de obras frequentemente são criados cabeçalhos autor-título? Porque não são tratados como títulos chave em registros de autoridade ao invés de registros bibliográficos? Por que são feitos registros bibliográficos para recursos contínuos, e registros de autoridade para marcas registradas, que são muito parecidas com os recursos contínuos? De qualquer modo, é justificado criar registros bibliográficos para periódicos? Já existem propostas para utilizar, no lugar, registros de autoridade, portanto o modelo FRBR também gerou mais reflexões sobre esses conceitos.

Estruturas Multiparte

Frequentemente acontece de uma publicação conter mais de uma Obra individual. É objetivo dos catálogos de bibliotecas habilitar os usuários finais a identificar e recuperar uma dada publicação como um todo, ou identificar e recuperar uma dada Obra em todas as suas possíveis Manifestações? O que é a unidade básica de informação bibliográfica: a Obra, ou a Manifestação? Essa questão ficou conhecida na década de 1960 como um debate entre a “unidade literária” (isto é, a Obra) e a “unidade bibliográfica” (isto é, a Manifestação).

Hoje o debate é menos relevante e as possibilidades atuais (e futuras) dos sistemas de computador contribuem para solucionar o problema e, contudo, a questão ainda é mencionada nessa série de

⁸ Designação Geral do Material (DGM).

encontros do IME ICC, porque a maneira que os códigos nacionais de catalogação e as práticas individuais de bibliotecas tratam desta questão é tão inconsistente, que à mesma publicação são frequentemente atribuídas diferentes descrições em diferentes catálogos.

Por exemplo, pode-se considerar a seguinte publicação: *Récits en noir et blanc : cinq nouvelles arabes [Qisas bi-al-abyad wa-al-aswad]*⁹, publicada em Paris em 2001. As cinco histórias curtas árabes contidas nesta publicação foram selecionadas e traduzidas para o francês por François Zabbal, que também escreveu um prefácio para a coleção inteira. Deveria -se considerar o resumo, o conteúdo textual de “Narratives in black and white” no conjunto como uma Obra, então? E François Zabbal o “criador” daquela Obra?

De qualquer modo, esse não é o tema que se pretende focar aqui, visto que coleções e antologias são alguns dos muitos tópicos complicados que o Grupo de Estudos sobre “Agregadas” da IFLA terá que resolver. A principal preocupação está aqui: Como tratar de Obras distintas e individuais contidas em cada publicação? Dependendo de qual código de catalogação e qual política de catalogação poderá ser aplicado, pode-se:

- ignorar todas elas, como são mais de três e a coleção tem um título claro;
- mencioná-las, possivelmente entre colchetes, como na declaração “outras informações sobre o título”;
- mencioná-las em uma nota de conteúdo, sem indexá-las (de outra maneira que não por palavra-chave);
- mencioná-las em uma nota de conteúdo, e criar entradas adicionais autor/título (usando título uniforme original delas) para todas elas serem recuperáveis;
- criar registros analíticos.

O que deveria-se recomendar para o Código Internacional de Catalogação?

Concluindo

Seria maravilhoso se o FRBR resolvesse todos os problemas teóricos, ou pudesse ajudar a resolver todos os problemas teóricos. Isso obviamente não é o caso. Mas o modelo FRBR nos fornece uma ferramenta conceitual que é muito útil na avaliação e no questionamento da maneira de se cataloga. As distinções claras que ele faz entre o que é “físico” e o que é “abstrato” nas “coisas” que são descritas, e os vários níveis que ele identifica no “conteúdo” de “publicações,” são úteis para se ter em mente quando se pensa em como melhorar os catálogos e como melhorar os serviços que são fornecidos aos usuários finais. Essas distinções definitivamente deveriam ser refletidas em no futuro Código Internacional de Catalogação.

⁹ Narrativas em branco e preto: cinco histórias curtas árabes.